

ALGUNS ASPECTOS DA INFLUÊNCIA ARMÊNIA EM BIZÂNCIO.

E. SIMÕES DE PAULA

Professor de História da Civilização Antiga e Medieval
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO.

A Armênia, situada num ponto crucial de encontro entre a Europa e a Ásia, sofreu muitíssimo com o conflito das civilizações oriundas do Oriente e do Ocidente. Quando o Ocidente penetrou no Oriente sob a pressão de Roma, de Bizâncio e dos cruzados da Europa, ou então quando o Oriente movimentava-se em direção ao Ocidente, com os persas, os árabes, mongóis e turcos, quase sempre passavam pela Armênia. Mas esta, como o seu símbolo indistritível — o monte Ararat — sempre permaneceu de pé: vergou diante da fúria dos elementos, mas jamais quebrou-se ou deixou de existir.

Devido a sua excepcional posição geográfica, o Oriente e o Ocidente disputavam o seu controle. Quem a possuísse, dominaria os vales do Tigre e do Eufrates, sem falar de outros rios que nascem, uns perto dos outros, nesse alto castelo d'água e de neve perene.

A Armênia, corpo dividido entre Roma e a Pérsia, desde tempos anteriores a Cristo, sempre foi pomo de discórdia entre a Pérsia e o Império Bizantino na Alta Idade Média; foi, alternadamente, durante o resto de sua história nacional, presa tanto dos povos do Oriente como do Ocidente. Quando o reino armênio sentiu-se com forças suficientes para escolher o seu próprio destino, algumas vezes voltou-se para o Oriente e outras para o Ocidente. Como consequência dessa instabilidade, a sua cultura sofreu a influência dessas duas regiões. Não pertencendo nem ao Ocidente, nem ao Oriente, a Armênia sofreu nas mãos de uns e de outros, alternadamente, ou simultaneamente.

O orgulho obstinado que os armênios sentiam pela sua própria Igreja nacional, sempre os impediu de se unirem, de forma permanente, com o Cristianismo de Roma ou de Bizâncio, ou com o

Islão, êste representado pelos árabes e pelos turcos. Ainda que pressionada pelo Ocidente até a Cilícia, onde, como se sabe, teve contacto com os Cruzados, a Armênia ocupou um lugar curioso no sistema de Estado da Europa medieval. Pois ela, mais de uma vez, procurou captar a amizade dos infiéis, ao invés de identificar-se com as Igreja grega ou romana (1). Por outro lado, tanto como vizinhos ou inimigos, como aliados ou conquistadores, os povos do Oriente nunca puderam desviar os armênios da sua ardente fé. Quando a Armênia deixou de existir como Estado, seu povo conservou viva a sua nacionalidade através da Igreja. Como os judeus, sua obstinação religiosa era ao mesmo tempo sua fraqueza e sua fôrça: deixava-a sem amigos, mas impedia que ela fôsse extinta politicamente (2).

Isolada pela religião, a Armênia foi também, perpétuamente, dividida pelas lutas entre os seus príncipes rivais. Do mesmo modo que a Igreja, as numerosas casas principescas, tanto preservavam como enfraqueciam a sua pátria. Impediram a formação do Estado nacional unificado. A vasta região que extendia, talvez da Capadócia até o litoral do Mar Cáspio, debilitada por fronteiras mal definidas, não pôde nunca fazer frente à hostilidade reinante entre a Europa e a Ásia. Identificava-se a Armênia numa série de pequenos principados, agrupados em tôrno de fortalezas grimpadas em rochedos de difícil acesso. Êsses redutos tiveram sempre, mesmo depois da conquista total, uma expressiva capacidade de recuperação pela poderosa energia de suas famílias principescas. Os árabes podiam destruir uma linhagem real, mas por maior que fôsse a carnificina, a Armênia nunca ficou sem chefe: sua nobreza nunca chegou a ser totalmente exterminada. Conseqüentemente, a história política da Armênia, principalmente durante a Alta Idade Média, limitou-se ao relato das crônicas das grandes famílias. Fato que explica, eventualmente, a mudança de suas fronteiras — mobilidade devida não apenas à pressão vinda do exterior, mas também oriunda do progressivo poderio, infelizmente com pouca duração, primeiro de um príncipe, e depois de outro, por entre as ruínas extremamente espalhadas e repetidas do seu próprio país (3).

Durante o período do apogeu e da decadência de Roma, a Armênia foi governada por uma dinastia nacional, aparentada aos arsácidas da Partia (149 a. C. — 428 a. C.). A região foi vítima, por muitos anos, de guerras e de arranjos diplomáticos entre Roma e a Pérsia, até que em 386 da nossa era foi ela repartida entre Sapor III e o imperador Teodósio. De 387 a 428 os reis arsácidas da Armê-

(1). — Macler (Frédéric). — *Armenia*, in "Cambridge Medieval History". Vol. IV, pág. 153.

(2). — *Ibidem*, pág. 153.

(3). — *Ibidem*, págs. 153-154.

nia foram vassalos da Pérsia, enquanto a grande parte ocidental do reino foi incorporada ao Império Romano e governada por um conde (4).

A história do milênio que se segue (428-1473) pode ser dividida em cinco períodos distintos. Primeiro, vem os longos anos de anarquia, durante os quais a Armênia não teve existência independente, mas foi dominada por persas, bizantinos e árabes (428-885). Quatro séculos e meio de domínio estrangeiro foram seguidos por quase dois séculos de autonomia. Durante êsse segundo período, a Armênia foi governada, da Transcaucásia, pela dinastia nacional dos Bagratuni. Depois de 1046, quando o reino bagrátido foi conquistado pelos bizantinos e logo após pelos turcos, a Grande Armênia não mais recuperou a sua independência política (5).

Nesse momento, abre-se o terceiro período da história medieval armênia na Ásia Menor, quando um novo Estado armênio foi fundado na Cilícia pelo príncipe Ruben, aparentado aos Bagratuni. De 1080 a 1340 a dinastia governou a Cilícia, primeiro como senhores e barões (1080-1198) e depois como reis (1198-1342). Durante êsse período os armênios enfrentaram com vantagem os bizantinos e disputaram arduamente sua independência aos turcos seldjúcidas e aos mamelucos. Nesse mesmo período as relações entre os governantes armênios e os reinos latinos da Síria foram tão estreitas e íntimas que, sob certo aspecto, a história da Armênia da Cilícia pode ser considerada como mero episódio das Cruzadas. Essa ligação é reforçada pelos acontecimentos do quarto período (1342-1375) durante o qual a Armênia foi governada por uma família de cruzados: os Lusignans. Quando a dinastia foi destronada pelos mamelucos em 1375, os armênios, mais uma vez, perderam a sua independência política. No quinto e último período da sua história medieval (1375-1473), os armênios sofreram os horrores de uma invasão tártara comandada por Tamerlão, para finalmente cair sob o jugo dos turcos otomanos (6).

Essa é uma rápida síntese da história medieval da Armênia, ou melhor, um embrião de um eventual curso, abordado de leve. Tendo presente estas limitações, tentaremos expor um aspecto apenas do problema que tem sido objeto de nossas pesquisas: a luta de Bizâncio com a Pérsia e suas conseqüências, — lamentavelmente adversas para a Armênia.

*

* * *

(4). — *Ibidem*, pág. 154.

(5). — *Ibidem*, pág. 154.

(6). — *Ibidem*, pág. 154.

I. — A ARMÊNIA E AS LUTAS BIZANTINO-PERSAS NO IV E V SÉCULOS.

As lutas religiosas e as freqüentes guerras civis que sangraram o exército romano no IV século, tinham, como é óbvio, abalado a autoridade do Império no exterior. Já durante o reinado de Constâncio (337-361) a superioridade dos persas havia sido assinalada nas regiões mesopotâmicas. Após o fim trágico das campanhas de Juliano-o-apóstata (361-363), Joviano (363-364) concluiu com os persas um tratado de paz que implicava para o Império na renúncia de seus direitos sobre a Armênia e numa amputação territorial bastante sensível na Mesopotâmia (7).

Essas guerras provocaram novos problemas. As fronteiras setentrionais da parte oriental do Império tornaram-se então teatro de guerras permanentes. Era o comêço de uma luta de usura em duas frentes, que não se interrompeu praticamente até ao desaparecimento do Império bizantino. Desde então, e durante ao longo de sua história, Bizâncio encontrar-se-á, quase sem repouso, engajada numa dupla luta contra os povos que, sem cessar, fizeram sua aparição ao norte, a leste a ao oeste de suas fronteiras (8).

Dessas arrancadas de Bizâncio contra os persas, a Armênia pagava as conseqüências, pois era, geralmente, em seu território que se travavam as mais duras batalhas.

A grecização constante do Oriente Próximo prosseguia, principalmente no reinado de Teodósio II (408-450) e da imperatriz Atenais-Eudócia. Isso pode ser facilmente verificado se levarmos em conta o grande número de estudantes estrangeiros, principalmente armênios, que então procuravam as escolas de Alexandria, Atenas e Bizâncio (9). Foi nessa época — pelos menos historiadores do período nos informam — que se formou uma cultura eclesiástica e nacional na Armênia, como também nesse período que ocorreu a invenção da escrita armênia e a tradução da Bíblia para essa língua (10).

Seria um reflexo do fato de que, desde a época de Teodósio I-o-Grande (379-395), uma parte ponderável, se bem que não a maior, encontrava-se sob o domínio bizantino. Bizâncio sempre apoiava a consciência eclesiástica dos povos cristãos que lhe eram vizinhos.

(7). — Ostrogorski (Georges). — *Histoire de l'État byzantin*. Paris. Pyot. 1956, pág. 78.

(8). — *Ibidem*, pág. 78.

(9). — Diehl (Charles) e Marçais (Georges). — *Le monde oriental de 395 à 1081*. Tomo III da "Histoire du Moyen Âge". Coleção Glotz. Paris. Presses Universitaires de France. 1936, pág. 10.

(10). — Stein, *Geschichte*, I, 425; A. Ter Mikelian, *Die armenische Kirche in ihren Beziehungen zur byzantinischen* (1892), pág. 33 e segs. Apud Ostrogorski, *op. cit.*, pág. 84.

Todavia o problema armênio e a intervenção do governo bizantino em favor dos cristãos perseguidos na Pérsia, deram origem a um novo conflito entre as duas potências. A guerra, entretanto, não trouxe remanejamentos territoriais e em 442 uma paz foi assinada e que deveria durar 100 anos. Na realidade não teve mais do que vinte anos de vigência (11).

*

* *

II. — A ARMÊNIA E AS LUTAS BIZANTINO-PERSAS NO VI SÉCULO.

A época de Justiniano (527-565).

Tendo Justiniano desguarnecido a fronteira oriental do Império, com o deslocamento de tropas e desvio de recursos, devido a sua política de reconquista do Ocidente, a situação no Oriente Próximo entrou em colapso. Já durante o reinado de Anastácio I (491-518), as praças-fortes de Martirópolis, Teodosiópolis, Amida e Nisibis foram, temporariamente, tomadas pelos persas. Em 532, Justiniano concluiu com o Grande Rei Cosroes I Anuchirvan (531-579) uma paz “eterna”, na realidade comprada com tributos pagos à Pérsia, visando a sua liberdade de ação no Ocidente. Mas, já em 540, Cosroes violava a “paz eterna” lançando-se sobre a Síria, a ferro e fogo. Só poupou cidades que lhe pagaram resgate, como Hierópolis e Beroea. Avançou até Antioquia que foi completamente arruinada, chegando assim ao Mediterrâneo (12). Atacou depois disso a Armênia e a Ibéria.

Durante cinco anos (540-545) a guerra desenvolveu-se impiedosamente em todas as províncias asiáticas. Em 541, Cosroes invadiu a Lázica, no Mar Negro, havendo sido socilitado pelo seu soberano de então contra os bizantinos. Conseqüentemente, em 543, fez uma demonstração na Armênia e em 544 reapareceu na Mesopotâmia. As tropas imperiais pouco fizeram. Belisário preocupava-se mais com seus assuntos domésticos do que propriamente com a guerra contra os persas. Pelo menos é o que nos informa o historiador Procópio (13). Essa inação dos generais bizantinos, principalmente de Beli-

(11). — Ostrogorski, *op. cit.*, pág. 84.

(12). — Sobre essa guerra, descrita por Procópio, vide G. Downey, *The Persian Campaign in Syria in A. D. 540*, in “*Speculum*”, 28 (1953), pág. 340 e segs; Diehl e Marçais, *op. cit.*, pág. 66.

(13). — *Bell. Pers.*, II, cap. 20-21; *Hist. Arc.*, pág. 17-23. Apud Diehl e Marçais, *op. cit.*, pág. 69.

sário, ocasionou um mal terrível para o Império. Assim, o desfavor e o rancor que Teodora lhe devotou estão plenamente justificados.

Um grande esforço bizantino foi tentado em 543 com uma invasão na Armênia com um exército de 30.000 homens. Aliás, a campanha terminou por um completo desastre. Justiniano preocupava-se mais com a reconquista da Itália — seu grande sonho —, do que propriamente com o que se passava na frente oriental. Havia, entretanto, uma justificativa: Totila, rei dos ostrogodos, quase conseguira retomar toda a península itálica (14). O *basileus* viu-se obrigado a comprar a paz mediante o pagamento de 2.000 libras de ouro por ano. Cumpre ainda assinalar que essa paz foi completada por uma trégua de 5 anos, que foi renovada posteriormente, duas vezes. Mas, durante longos anos a guerra continuou ainda na Lázica, que Cosroes recusara terminantemente incluir no tratado. Compreende-se o motivo da teimosia de Cosroes, pois a posse da Lázica dava-lhe uma abertura para o Mar Negro, permitindo-lhe, assim, armar uma frota contra Bizâncio. Por sua vez Justiniano interessava-se pela região porque podia recrutar um grande número de soldados entre essas belicosas tribos montanhesas.

Felizmente Cosroes cansou-se dessas guerras intermináveis em regiões de topografia difícil e coberta de florestas. Um armistício foi concluído em 547 sob a base do *statu quo*. Em 562 esse armistício foi transformado num tratado de paz definitivo: os persas evacuaram a Lázica e aí aliás, não teriam podido permanecer, pois a sua população era ardentemente cristã. Por outro lado, Justiniano deveria pagar um tributo anual de 30.000 soldos de ouro (*aurei*), entregando de uma só vez o montante de 7 anos adiantadamente. Por um mútuo sentimento, Cosroes obrigava-se a não mais perseguir os seus súditos cristãos e Justiniano a não fazer proselitismo em território persa, como podemos ver em Agatias e Menandro, historiadores da época (15). O tratado tinha a duração de 50 anos. A grande expansão persa havia começado e o poderio da Bizâncio estava momentaneamente eclipsado na Ásia Menor (16).

*

As lutas na época de Justino II (565-578).

Com a morte de Justiniano pulverizou-se o seu sonho de domínio universal. O Império bizantino voltava novamente para um ho-

(14). — Diehl e Marçais, *op. cit.*, pág. 70.

(15). — Agatias, pág. 153; Menandro, págs. 351-353, 359-369 (ed. Bonn). Apud Diehl e Marçais, *op. cit.*, pág. 71.

(16). — Ostrogorski, *op. cit.*, pág. 101.

rizonte de onde nunca devera ter saído: o Oriente. Impunha-se reforçar a fronteira bizantina, bastante abalada no fim do reinado de Justiniano. Assim, foi adotada por Justino II uma política de firmeza para com a Pérsia. Apesar do descalabro financeiro reinante no Império, Justino II não hesitou em recusar o pagamento do tributo devido ao Grande Rei, aliás bastante atrasado. Era o mesmo que declarar diretamente a guerra que, de fato, teve início. Como sempre a Armênia, devido à sua posição sumamente estratégica, foi o pomo de discórdia e da disputa.

A posse das províncias armênias tinha grande importância para Bizâncio, principalmente porque se o afluxo dos germanos havia lançado o Império numa grave crise, a sua saída em massa ocasionaria ainda uma maior desordem, pelo problema de recrutamento de trabalhadores e soldados entre êsses bárbaros. Por isso, Bizâncio foi obrigada a recorrer ao recrutamento indígena, arregimentando soldados entre a população guerreira da Armênia (17).

Durante uma vintena de anos, os *basileus* Justino II (565-578), Tibério-Constantino (578-582) e Maurício (582-602), lançaram tôdas as forças disponíveis numa guerra travada com resultados flutuantes, até que Maurício conseguiu obter a vitória. E a conseguiu, em parte, porque o nôvo rei da Pérsia, Cosroes II Parviz objetivando consolidar o seu reinado viu-se na contingência de pedir a paz. Foi-lhe concedida, mas somente mediante a cessão de uma grande parte da Armênia persa (591) (18).

*

* * *

III. — HERACLIO (610-641) (19).

Esse imperador assumiu o poder numa época extremamente difícil para Bizâncio, não só porque Focas (602-610) deixara o Império em pleno caos, mas também porque o Estado estava financeira e economicamente exgotado. A máquina administrativa estava completamente emperrada e o recrutamento de mercenários era insuficiente.

(17). — Cf. Stein, *Studien*, pág. 5 e segs. Apud Ostrogorski, *op. cit.*, pág. 110; Diehl e Marçais, *op. cit.*, págs. 129-130.

(18). — Cf. Dölger, *Reg.* 104. Vide também P. Goubert, *Byzance et l'Orient sous les successeurs de Justinien*. Paris, 1951; M. J. Higgins, *The Persian War of the Emperor Maurice*. Washington, 1939. As relações bizantino-persas foram igualmente objeto de interessante artigo de Higgins, *International Relations of the close of the sixth Century*, in "The Cathol. Hist. Rev.", 27 (1941), págs. 279-315. Apud Ostrogorski, *op. cit.*, pág. 110.

(19). — A raridade das fontes gregas é compensada, numa certa medida, pelos dados fornecidos pelos autores orientais. É necessário indicar em primeiro lugar a obra do bispo armênio Sebeos, que escreveu nos meados do século

O Império estava sendo atacado pelos avaros e eslavos. Os persas aproveitaram-se dessa situação caótica para invadir o território bizantino, tomando Cesaréia. Infelizmente, uma contra-ofensiva bizantina fracassou na Armênia e na Síria. Em 613 o exército imperial foi fragorosamente derrotado diante de Antioquia. Como consequência os persas iniciaram uma grande ofensiva por tôdas as frentes. Apoderaram-se de Damasco, irromperam pela Cilícia e tomaram a importante fortaleza de Tarso. Ao mesmo tempo os bizantinos foram expulsos da Armênia. Um golpe ainda mais terrível atingiu os cristãos em 614: Jerusalém caiu em poder dos persas após um sítio de três semanas. A Cidade Santa foi saqueada e destruída, sendo até mesmo a Igreja do Santo-Sepulcro profanada e incendiada. Como não poderia deixar de ser, a impressão dessa catástrofe em Bizâncio foi acabrunhadora. Além do mais os persas tinham levado a Santa Cruz para Ctesifon. O ano de 615 também começou mal: um destacamento persa conseguiu chegar até o Bósforo. Em 619 os persas começaram a conquistar o Egito, impossibilitando a partida da frota que todos os anos zarpava rumo a Bizâncio carregada de trigo. E a fome passou a imperar. Tôda a Ásia Menor encontrava-se sob o domínio persa. O antigo reino dos aquemênidas parecia ressuscitado, como acontecera com o *Imperium romanum* na época de Justiniano (20).

Após obter alguns triunfos no Ocidente, Heráclio pôde voltar as suas vistas para o Oriente em 623. Não conseguindo obter um tratado de paz, o Imperador iniciou a ofensiva pela Capodócia rumo à Armênia. Dvin foi assaltada e destruída, assim como numerosas outras cidades que tiveram o mesmo destino. Heráclio lançou então um ataque pelo sul e marchou sôbre Ganzala, residência do primeiro dos arsácidas, Ardachir, e como se sabe, importante centro religioso da Pérsia. Cosroes foi obrigado a fugir da cidade, que caiu nas mãos dos bizantinos. Lamentavelmente o Templo do Fogo de Zoroastro foi destruído como represália pelo saque de Jerusalém. Heráclio retirou-se então para além do rio Araxes, com numerosos prisioneiros, para organizar os seus quartéis de inverno. Aproveitou a ocasião para entrar em contacto com as tribos guerreiras do Caucaso que eram

VII (provavelmente em 661) uma *História de Heráclio* (tradução francesa de Frédéric Macler, *Histoire d'Héraclius par l'évêque Sébéos, traduite de l'arménien et annotée*. Paris, 1904). Sôbre o problema muito discutido da composição, das fontes, da data, ver o obra recente S. S. Malkhasjants, *Istoriâ Sebeos*, in "Viz. Vrem.", 27 (1949), pág. 94 e segs. A história de Heráclio e do seu grande adversário Cosroes constitui o centro, mas não o único objeto da obra, que se inicia com uma pequena relação do período precedente, continuando sua exposição até a época do califa Moávia (661) e se estende longamente sôbre os acontecimentos internos da Igreja armênia. Apud Ostrogorski, *op. cit.*, pág. 118-119.

(20). — Ostrogorski, *op. cit.*, pág. 124. Diehl e Marçais, *op. cit.*, pág. 144.

cristãs e lhe forneceram um bom número de recrutas, com que reforçou o seu exército. A situação, apesar desses sucessos, parecia ainda bastante difícil e o ano seguinte foi um período de combates incessantes, verdadeira guerra de usura contra os persas, mas sempre em território armênio. Em 625 não conseguiu Heráclio forçar a sua entrada na Pérsia, por isso foi invernar na região do Ponto.

Os persas não ficaram inativos. Contra-atacam, ameaçando a própria cidade de Bizâncio, mediante um acôrdo com os avaros, que chegam a sitiá-la a grande Metrópole. Heráclio, apesar da situação desesperadora, não abandonou as suas tropas e deixou a defesa da cidade entregue aos cuidados do patriarca Sérgio. Como havia feito com as tribos caucásicas, procurou o apóio dos cazares que então habitavam na bacia do Volga e regiões circunvizinhas, os quais, fornecendo-lhe grandes contingentes transformaram-se num dos pilares da sua política externa. Dois anos depois Heráclio iniciou a sua grande marcha pelo interior do país inimigo. No início do inverno, diante de Nínive conseguiu derrotar fragorosamente o seu rival. Em janeiro de 628 entrou em Dastagerd, pondo em fuga Cosroes que logo foi destronado e morto. Seu filho, Kovrad-Shiroé procurou imediatamente obter a paz com Heráclio. Esta foi-lhe concedida com a promessa da entrega de todos os territórios que tinham pertencido a Bizâncio. Assim a Armênia, a Mesopotâmia romana, a Síria, a Palestina e o Egito voltaram novamente ao seio do Império. Os persas evacuaram as províncias e Heráclio entrou solenemente em Jerusalém na primavera de 630, despido dos ornatos reais e carregando a Cruz que foi novamente depositada em solo sagrado. Esse fato simbolizava a vitória da primeira guerra santa da era cristã (21).

A reconquista das províncias orientais colocava de novo em evidência o problema do monofisismo. A gravidade do assunto foi prontamente percebida pelo patriarca Sérgio, que procurava restaurar a paz dentro da Igreja Oriental. Seus esforços encontraram apóio numa doutrina que vinha dessas províncias orientais: a existência de uma única energia em Cristo (*ἐνέργεια*) (22).

Durante as campanhas orientais já tinham sido travadas na Armênia diálogos com o clero local sôbre o aproveitamento dessa

(21). — Vide A. Frolow, *La Vraie Croix et les expéditions d'Héraclius en Perse*, in "Rev. Et. Byz.", 11 (1953), pág. 88 e segs. Apud Ostrogorski, *op. cit.*, págs. 131-132; Diehl e Marçais, *op. cit.*, págs. 146-151.

(22). — G. Owspeian, *Die Entstehungsgeschichte des Monothelectismus*. Leipzig. 1897; Pargoire, *L'Eglise byzantine de 527 a 847* (1905), págs. 157 e segs; Duchesne, *L'Eglise au VIe siècle* (1925), pág. 381; V. Grumel, *Recherches sur l'histoire du Monothélisme*, in "Echos d'Orient", 27 (1928), 6-16, 257-277; 28 (1929), 272-282; 29 (1930), 16-28. Apud Ostrogorski, *op. cit.*, pág. 138. Vide também o artigo de Maria Regina da Cunha Rodrigues, *O Monofisismo no reinado de Justiniano*, in "Revista de História". São Paulo, 1963, nº 55, págs. 63-99.

doutrina para resolver o problema da união das duas alas em que se dividia a Igreja Oriental. Após a reconquista, os entendimentos foram continuados mais ativamente. A união foi realizada na Armênia, na Síria e no Egito, se bem que nessas duas provinciais o foi à força. As desilusões logo começaram, porque não obteve o apôio do Papado e também porque o patriarca Sofrômio de Jerusalém se opôs vivamente à nova doutrina. O imperador baixou então um edito, chamado *Ecthesis* que não satisfez os orientais e não obteve a provação dos sucessores do papa Honório. Todo êsse grande esforço foi inútil. O monotelismo só vinha aumentar a confusão reinante acêrca das duas naturezas de Cristo e chegou tarde, pois tanto a Síria, como a Palestina e o Egito, completamente desinteressados da sorte da Igreja Oriental, praticamente se entregaram aos conquistadores árabes, preferindo o Islão às intermináveis querelas que dividiam a Cristandade oriental (23).

*
* *
*

IV. — A INVASÃO ÁRABE E A GUERRA DE BIZÂNCIO CONTRA O ISLÃO.

A luta persa-bizantina exgotara os dois contendores, tornando-os prêsa fácil para os muçulmanos. O reino persa submetido, os árabes ocuparam a Mesopotâmia bizantina (639-640). Daí invadiram a Armênia. Dvin (24) foi ocupada em 640. Moávia, então governador da Síria, incursionou pela Armênia a dentro (642-643). Então as grandes famílias armênias pediram o apôio a Bizâncio, que apesar de vencido na batalha de Yarmouk, ainda resistia na Ásia Menor (25). A Síria, o Egito, a África do Norte foram ocupadas. Entretanto, Bizâncio conseguiu deter o ímpeto do Islão em 717 e no Ocidente, Carlos Martel fêz o mesmo na batalha de Poitiers, em 732.

*

O enfraquecimento do Islão e o advento da independência armênia.

O enfraquecimento do Islão permitiu o florescimento do Estado armênio. Achot I Bagratouni foi reconhecido como rei pelo Califá (885) (26). Basílio I (867-886) assim que teve notícia do

(23). — Ostrogorski, *op. cit.*, págs. 138-139.

(24). — Cf. H. Manandean, *Les invasions arabes en Arménie*, in "Byzantion", 18 (1948), pág. 163 e segs. Apud Ostrogorski, *op. cit.*, pág. 141.

(25). — Ostrogorski, *op. cit.*, pág. 147.

(26). — Ostrogorski, *op. cit.*, pág. 265; Diehl e Marçais, *op. cit.*, pág. 439.

evento fêz o mesmo (887), enviando-lhe uma corôa. O *basileus* assinou um tratado de aliança e amizade com o nôvo soberano e numa carta o chamou de filho bem-amado. Declarava ainda que entre todos os Estados a Armênia era sempre a aliada mais querida do Império. Todavia, o Imperador procurou por todos os meios ao seu alcance entravar o seu poderio, alimentando as divisões sempre existentes entre os príncipes armênios (27).

*

Romano Lecapene (920-944).

Êste Imperador foi obrigado a tomar medidas defensivas empregando também com eficácia a diplomacia; queria aproveitar a aliança armênia, conservando a paz com os árabes.

Passado o perigo búlgaro, Romano Lecapene inaugurou uma política ofensiva no Oriente. Enviou para lá um general João Courcouas (Gourgen), um armênio que, por 22 anos, teve o comando supremo na fronteira oriental do Império. Foram travados aí diversos combates, mas como sempre, foi a Armênia que suportou o pêso dos combates.

João Courcouas encontrou um rude adversário na pessoa do emir de Mossul e de Alepo, Saif-ad-Daoulah, da dinastia hamdanida, cujo poderio crescia em detrimento dos abácidas de Bagdá. Em 938 o emir conseguiu derrotar o general bizantino no alto Eufrates e invadiu a Armênia onde obrigou muitos príncipes a lhe prestarem juramento de obediência. Courcouas foi chamado de “um outro Trajano, um outro Belisário” pelos cronistas da sua época, tal foi o seu valor.

“Êle duplicou, — disse o cronista continuador do historiador Teofano — a extensão da România; anteriormente os infiéis ocupavam a região até o Halys e êle levou as fronteiras do Império até o Tigre e o Eufrates” (28).

Courcouas soube infundir um espírito ofensivo nas suas tropas e elas operaram maravilhas; por isso, justamente, alguns autores o colocam entre os grandes conquistadores. Ao seu lado lutaram o seu irmão Teófilo, e o filho dêste, o futuro imperador João Tzimisces. Em 944 Courcouas obteve um grande sucesso: obrigou o emir de

(27). — Cf. Laurent, *L'Arménie entre Byzance et l'Islam, depuis la conquête arabe jusqu'en 886*. 1919. pág. 265-283. Apud Diehl e Marçais, *op. cit.*, pág. 439. Vide também Vasiliev, *Histoire de l'Empire Byzantin*, I, pág. 416; Ostrogorski, *op. cit.*, págs. 283 e 296.

(28). — Theopha. cont. pág. 427. Apud Diehl e Marçais, *op. cit.*, pág. 459.

Edessa a entregar aos bizantinos uma relíquia famosa: o estofo (*mandilon*) sôbre o qual estava impresso a imagem do Senhor e que pertencera ao rei Abgar. A preciosa relíquia foi levada em triunfo para Constantinopla onde teve uma magnífica recepção (29).

*

Basílio II (976-1025).

Esse grande imperador interessou-se muitíssimo pela Armênia. Após regular as questões referentes à Síria, partiu para o Cáucaso para resolver a questão da Armênia e da Ibéria. Mostrou-se muito ativo nos últimos anos do seu reinado. As fronteiras do Império atingiram então o curso superior do Tigre, alcançando o Lago Van, compreendendo a fortaleza de Erzerum.

Os estados armênios arrancados à influência árabe, favoreciam a penetração da civilização bizantina. Forneciam milhares de funcionários e soldados à maquina estatal de Bizâncio. O rei bagrátida, assim como os príncipes de Vaspouraçan, do Taron, da Ibéria, tinham sido durante todo o século X servidores e clientes fiéis da monarquia até que Basílio II não podendo resistir à sua índole, anexou tôdas essas regiões ao Império bizantino (30).

*

* * *

CONCLUSÕES.

Após a sua incorporação ao Império Bizantino pensamos que é chegado o momento de darmos um balanço a tudo o que dissemos.

Essa longa luta entre Oriente e Ocidente teve conseqüências as mais imprevista. O grego tornou-se a língua oficial e o idioma de cultura na Ásia Menor. A população do Império transformou-se extraordinariamente, principalmente com a incorporação da Armênia, e nisso o Cristianismo fêz sentir a sua tônica: uma só fé e um só marca.

O Império bizantino, pela diversidade das populações que dominava, não podia ter nem uma unidade racial e nem uma unidade lingüística. Era, segundo Rambaud (31),

(29). — *Ibidem*, pág. 459.

(30). — Ostrogorski, *op. cit.*, págs. 334 e 339-340.

(31). — Rambaud, *L'Empire grec*, págs. 209-252. Apud Diehl e Marçais, *op. cit.*, págs. 502-503.

“uma criação artificial, governando vinte nacionalidades diferentes e reunindo-as sob esta fórmula: um único senhor, uma única fé”.

Se, depois dos meados do século VII, pela perda do Ocidente, as populações de língua grega haviam tido um papel preponderante no Império, outros elementos étnicos — sírios, árabes, turcos, eslavos e sobretudo armênios — misturaram-se a êsse elemento dominante e deram à monarquia um caráter cosmopolita. Governar essas raças diversas, muitas vêzes revoltadas contra a autoridade imperial, assimilá-las progressivamente, dar a êsse Estado, sem nacionalidade, uma espécie de coesão, foi a tarefa a que se devotou o governo imperial e a administração bizantina. Nós, brasileiros, podemos perfeitamente compreender o valor e o alcance dessa obra, pois estamos edificando uma nação em bases semelhantes.